

DL

TRAGICAMENTE, embora, a intentona do dia 11 traduziu-se numa das vitórias de maior alcance na nossa estabilização democrática. Mais do que nunca, a unidade Povo/M. F. A. comprovou-se ali como força insuperável da liberdade conquistada e eixo único da via revolucionária que temos de percorrer. À escalada da reacção iniciada no 28 de Setembro ela soube responder agora ainda com mais flagrante rapidez e em maior profundidade — e nesse contra-ataque não hesitou sequer em considerar (brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho) a mobilização popular armada como recurso eventual e decisivo.

Se algumas dúvidas restassem aos revoltosos sobre de que lado estava o País e com quem se identificavam os militares esta decisão bastaria para lhes desvanecer as ilusões e lhes desautorizar os argumentos.

AGORA o importante será meditar a vitória alcançada e tirar dela as ilações necessárias. Descobrir a exacta dimensão deste golpe aventureiro e quais as forças que o impulsionaram; qual a justificação da revolta e quais os terrenos que prepararam para a conseguir; com que disfarces e com que fins.

Dissociar o 11 de Março do 28 de Setembro seria recusar a evidência factual mais palpável: alguns dos protagonistas repetem-se, os apoios confirmam-se, os objectivos coincidem. E dizer que a uma «intentona» se sucedeu um simples difendendo *de militares*, pior: corresponderia a desmentir a aliança popular com as Forças Armadas, tão veemente revelada pelos acontecimentos. Antes e mais do que tudo, o essencial é ir às raízes desta experiência dolorosa e detectando-lhe os focos mais hábeis e violentos, fazer disso correcção, aprendizagem que fique.

Foi essa, precisamente, a tarefa que o Movimento das Forças Armadas colocou como ponto primeiro logo após a derrota dos insurrectos. A rápida nomeação de uma Comissão de Inquérito às condições e aos agentes da intentona, a dissolução de certos Conselhos das Armas e a imediata institucionalização do Movimento são garantia de que alguma



RENASCENÇA GRÁFICA S.A. L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO, 185 1.º 2.º E 4.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5 320271/2/3
RUA DA ROSA, 57
END. TEL. DIBOIA TELEF. 12363
LISBOA PORTUGAL

Continuação da pág. 1

coisa de novo se vai passar na consolidação da paz pública, na produtividade das relações de trabalho e na aceleração do processo em curso.

Falamos de vigilância, é esse o ponto. Pensamos nos excessos tolerantes que facilitaram este segundo golpe e que, a prolongarem-se, nos poderiam conduzir a um terceiro. E se recusamos a caça às bruxas ou revindicta anárquica, nem por isso deixamos de sentir, a cada sinal de sublevação, que alguma culpa nos cabe. Que, por contemporização demasiada ou por passividade prudente, nos podem carecer decisões irremediáveis, punitivas de poucos e salvadoras de muitos; que a unidade de todos se faz com o afastamento de alguns. Saneamento, numa palavra.

BEM sabemos: o saneamento abrange a responsabilização política e percorre simultaneamente as áreas da competência profissional; é em ambos os vectores que se orienta com vistas a fortalecer as bases da estabilidade económica e social. Todavia, o grau de ambiguidade em que muitas das acções políticas têm sido estruturadas e a inoperância ministerial retardaram-lhe o processo, facilitando a desobediência civil, os conflitos laborais e outros sintomas de crise que, na essência, estão estreitamente ligados a um saneamento deficiente e compassivo, com todos os oportunismos que o justificam e com toda a injustiça e insegurança que propõe.

Realmente, só uma atmosfera imprecisa e contraditória poderia sugerir o sonho aventureiro de Spínola e dos seus cavaleiros tresnoitados. Uma atmosfera conscientemente envenenada pela sabotagem moral e económica e que dia-a-dia insiste em corromper, com novos pretextos de frustração e novos métodos de disfarce.

Neste clima fomentado, o princípio da desobediência e a reivindicação selvagem são respostas por excesso ao autoritarismo de Estado e às relações esclavagistas de trabalho praticadas durante dezenas de anos de fascismo. Mas só a força democrática das instituições os pode corrigir, só a praxis colectiva e capacidade de implantação dos partidos efectivamente progressivos lhes pode alterar o sentido e conferir-lhes conteúdo histórico.

Aos partidos, a alguns partidos que sacrificaram a politização das bases ao quantitativo dos votos, cabe uma parte de responsabilidade na deteriorização ambiente. O espontaneísmo alastrou e com ele as infiltrações contra-revolucionárias, a degradação profissional confundiu-se com o protesto muitas vezes justo e necessário, o impasse da reformulação do trabalho agravou-se.

Por seu lado, o M. F. A., em face das medidas de fundo agora anunciadas, torna evidente que nem sempre contrapôs a estas manifestações de crise a dissuasão mais oportuna. Por impulso carismático; por receio de enfraquecer o laço que o une ao povo e que simultaneamente robustece a sua própria coesão interior; pela justa convicção, até, das oscilações dolorosas com que desenvolve a adaptação à vida democrática — por tudo isto o Movimento impôs-se uma acção de controlo permissivo que em muitos casos foi nitidamente incompreendido.

ASSIM, em recapitulação sumária, foi este o enquadramento negativo alimentado pelos inspiradores de Spínola. O 11 de Março veio como aviso definitivo de que é urgente desmontá-lo, atacando já e inflexivelmente os focos da corrupção venham eles de onde vierem — de partidos políticos, do capital ou das armas mercenárias. E se nada, mas nada, pode travar o processo revolucionário que encetámos, a questão agora está na unidade e na coerência que lhe temos de impor e na aceleração histórica que é urgente imprimir-lhe para atingirmos as metas consignadas, em tempo útil e rendimento efectivo.

Nesta via, a institucionalização para já do Movimento das Forças Armadas, com todas as linhas de intervenção que comporta, vem, estamos confiantes, tornar mais profunda e operacional a prática da nossa democratização. Isso quer dizer que o binómio de base Povo/M. F. A. conquistou uma definição mais sólida ainda e mais ampla no domínio desta explosão reaccionária. Mas significa também, que para a manter se terá de aplicar a uma intervenção mais dinâmica e necessariamente mais vigilante.

J C P